

# USP lança programa de orientação jurídica online e gratuita a mulheres em situação de vulnerabilidade social

*A Clínica de Direitos Humanos das Mulheres da universidade recebe demandas das áreas criminal, cível, previdenciária e trabalhista, com prioridade aos casos de violências física, psicológica, sexual, de gênero ou raça*

**(G1 | 13/08/2021)**

A Universidade de São Paulo (USP) lançou, na última quarta-feira (11), a Clínica de Direitos Humanos das Mulheres (CDHM), uma plataforma online e gratuita para recebimento de demandas jurídicas de mulheres, principalmente as que estão em situação de vulnerabilidade social, e posterior encaminhamento ao sistema de Justiça do estado de São Paulo.

Os atendimentos serão realizados por docentes e estudantes da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (FDRP-USP) e da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH-USP). O foco inicial da iniciativa é contemplar mulheres que residam na capital paulista e em Ribeirão Preto, no interior do estado.

“O projeto está totalmente vinculado à atuação na área de direitos humanos e de proteção às mulheres no sentido de prevenção de violências e para que a gente possa, efetivamente, fazer com que essas mulheres tomem conhecimento e se apropriem de proteções que existam na área do direito”, contou Alícia Soares, graduanda em direito pela USP e membra da CDHM, durante o evento de lançamento.

Para solicitar atendimento, basta preencher o formulário disponibilizado pela clínica, que pede informações como nome, contatos e uma descrição detalhada da demanda, com todas as informações consideradas relevantes.

[Acesse a matéria no site de origem](#)

---

# Máfia do financiamento de ações antigênero, antidireitos reprodutivos e LGBTfóbicas

*Em entrevista à Pública, Neil Datta, secretário do Fórum Parlamentar Europeu para os Direitos Sexuais e Reprodutivos, fala sobre estudo e novo vazamento do WikiLeaks*

[\(Agência Pública | 13/08/2021 | Por Andrea DiP\)](#)

Nesta sexta-feira (13), a Agência Pública lançou uma investigação inédita, baseada em documentos vazados pelo WikiLeaks no dia 5 de agosto, sobre as organizações ultraconservadoras de extrema direita HazteOir e CitizenGO. As duas têm como fundador o espanhol Ignacio Arsuaga, mas a primeira tem atuação local e a segunda tem escritórios e associados em todo o mundo, inclusive no Brasil. A investigação da Pública encontrou mais de 200 nomes de brasileiros entre os associados.

Em entrevista, Neil Datta, pesquisador e secretário do Fórum Parlamentar Europeu para os Direitos Sexuais e Reprodutivos, comentou a importância do vazamento e falou sobre seu recém-lançado estudo “Tip of the Iceberg — Religious Extremist Funders against Human Rights for Sexuality and Reproductive Health in Europe, 2009-2018” (A ponta do iceberg — Financiadores extremistas religiosos contra os direitos humanos para a sexualidade e saúde reprodutiva na Europa de 2009 a 2018, em tradução livre), que revela quais são os principais grupos antidireitos no mundo, como eles se mantêm e quais são suas principais fontes de financiamento.

A primeira parte de seu relatório olha para 54 financiadores antigênero na Europa, vindos especialmente dos Estados Unidos, da Rússia e da União Europeia. Juntos, de 2009 a 2018 eles teriam gastado mais de US\$ 707 milhões com organizações e ações antidireitos reprodutivos e LGBT. Entre as organizações mais influentes no mundo está a TFP (Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade), fundada no Brasil na década de 1960 por Plínio Corrêa de Oliveira. Neil explica que, apesar de ter praticamente encerrado as atividades na América Latina após a morte do professor na década de 1990, a organização se manteve forte na Europa e gerou várias outras, como o grupo ultraconservador, extremista e antidireitos polonês Ordo Iuris. “As organizações que surgiram a partir da TFP são provavelmente a rede ultraconservadora mais rica na Europa neste momento”, define.

[Acesse a matéria no site de origem](#)

---

# Homens estão um capítulo atrasados sobre assédio, por Mariliz Pereira Jorge

*Por Mariliz Pereira Jorge*

[\(Folha de S. Paulo | 13/08/2021 | Por Mariliz Pereira Jorge\)](#)

Por que ainda é tão difícil para muitos homens entender que flerte, paquera, brincadeira é uma coisa e assédio sexual é outra bem diferente? Sempre que me deparo com uma denúncia, tenho me perguntado qual é a parte de todas

as mensagens, de todas as mudanças em leis, de todas as discussões sobre o assunto os assediadores não entenderam?

E não se trata apenas dos trogloditas que acham que a discussão é mimimi de feminista. Homens que se dizem progressistas ainda se comportam como na era pré-me too e usam o mesmo argumento furado de que não absorveram as mudanças de uma sociedade transformada, onde “os limites foram redesenhados”, como disse Andrew Cuomo.

O agora ex-governador de Nova York, que levantou bandeiras feministas em seus mandatos, disse que talvez não fosse o aliado das causas que imaginava ser. Sim, passou de aliado a assediador. Renunciou diante das acusações de quase uma dúzia de mulheres, que resultaram num relatório de 165 páginas.

[Acesse a matéria no site de origem](#)

---

## **Workshop “Políticas judiciárias em gênero e enfrentamento à violência contra as mulheres: Avanços e Desafios” - Inscrições até 25/8**

As inscrições gratuitas para o Workshop Internacional “Políticas judiciárias em gênero e enfrentamento à violência contra as mulheres: avanços e desafios” estão abertas até o dia 25 de agosto. Para se inscrever, clique [aqui](#). Promovido pela Escola Paulista da Magistratura, em parceria com a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (COMESP) e o Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP, o evento tem coordenação da Juíza

Teresa Cristina Cabral Santana e da Dra. Fabiana Cristina Severi e será transmitido pela central de vídeos da [EPM](#), entre os dias 31 de agosto e 03 de setembro, das 10 às 12 horas.

Com carga horária de 8 horas, o evento tem como público-alvo: pesquisadoras e pesquisadores, magistrados e magistradas, servidores e servidoras do Tribunal de Justiça, profissionais em geral que atuam em temáticas de gênero, violência doméstica e políticas públicas em direitos humanos. Haverá emissão de certificado.

Confira a programação e mais detalhes do evento no [edital](#).



WORKSHOP INTERNACIONAL

## POLÍTICAS JUDICIÁRIAS EM GÊNERO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

### AVANÇOS & DESAFIOS



**31/8 a 3/9 • 10 às 12 horas**

Analisar as políticas e institucionalidades em gênero e enfrentamento à violência contra as mulheres implementadas pelo Poder Judiciário brasileiro nos últimos 10 anos, com vistas à construção de metodologias e estratégias de fortalecimento das políticas judiciárias sobre o tema



#### PÚBLICO-ALVO

Pesquisadoras e pesquisadores, magistrados e magistradas, servidores e servidoras do Tribunal de Justiça, profissionais em geral que atuam em temáticas de gênero, violência doméstica e políticas públicas em direitos humanos



#### Tradução

1º dia | **Inglês-Português** e **Português-Inglês**



Programação anexa

*inscreva-se até 25/8 >*



# Mulheres indígenas e camponesas plantam no presente um futuro de esperança

*Geni, Geovana, Justina, Kerexu, Nina e Noeli unidas pela construção do Bem Viver. Por um mundo com justiça de gênero, ambiental e social; um mundo feminista onde caibam todos os mundos e o cuidado seja a ética.*

A convivência harmônica com a natureza que nos cerca é apontada como um dos grandes desafios de nosso tempo, e dela dependem a sobrevivência dos rios e mares, dos animais e da humanidade. O [Portal Catarinas](#) em parceria com o Prosa, grupo de pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), lança no mês de agosto a campanha “Mulheres semeando a vida”. A ação une tecnologia, comunicação e educação para narrar um futuro de esperança através das histórias e práticas agroecológicas de mulheres indígenas e camponesas em suas comunidades.

Toda ação recebeu consultoria do [Movimento de Mulheres Camponesas \(MMC\)](#) e da [Comissão Guarani Yvyrupa \(CGY\)](#), com o objetivo de que o protagonismo fosse realmente das indígenas e camponesas.

## Assista ao teaser de lançamento

“Estamos passando por um momento de crise global, acentuado no Brasil pela política de morte do governo Bolsonaro, a ideia da campanha é narrar as histórias de mulheres que no presente já estão organizadas na luta coletiva para construir as sociedades que sonham. Para nós, saber que existem mulheres por todos os cantos do Brasil construindo ações belíssimas em seus territórios e comunidades foi acalanto. Um chamado para permanecer no ativismo: sonhando e construindo. Nosso desejo é que isso chegue ao público também. Cada peça da campanha, de certa forma, também tem esse objetivo: esperar”, explica Inara Fonseca, jornalista do Portal Catarinas e coordenadora do projeto.

Durante dois meses, as mulheres indígenas e camponesas foram entrevistadas e convidadas a contarem suas histórias de vida e de luta para criação do Bem Viver. “As práticas sociais dessas mulheres, no trabalho cotidiano da agroecologia, se revestem de uma lógica de compromisso comunitário, soberania alimentar, afetividade e respeito ecológico”, complementa Inara.

Para ampliar a audiência da campanha, múltiplos formatos foram utilizados. Ao longo do mês de agosto, o Catarinas irá divulgar a série com [três episódios “Mulheres Semeando a Vida” em formato de podcast](#); entrevistas no site com todas as mulheres; peças gráficas com frases inspiradoras nas redes sociais do Catarinas e um vídeo final.

A campanha “Mulheres semeando a vida” faz parte do projeto Narrando a Utopia, uma iniciativa de Puentes para imaginar um futuro feminista, interseccional e inspirador.

---

## **Mais de 60% de adolescentes e jovens que menstruam já deixaram de ir à escola ou a outro lugar que gostam por causa da menstruação, alertam UNICEF e UNFPA**

*Enquete realizada via plataforma U-Report Brasil com 1,7 mil pessoas revela experiências, impressões e desafios de adolescentes e jovens no Brasil sobre a menstruação*

Brasília, 15 de julho de 2021 - A menstruação, por mais que seja um processo



natural, ainda é um tabu que afasta adolescentes e jovens da escola e causa constrangimento. É o que mostra uma enquete sobre saúde e dignidade menstrual, realizada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), por meio da plataforma U-Report, em todo o Brasil. Embora não seja uma pesquisa com rigor metodológico, a enquete traz a visão de mais de 1.730 pessoas, a maioria entre 13 e 24 anos, que responderam voluntariamente. Entre elas, 82% menstruam e 18% não.

A experiência de menstruar é vista como algo muito difícil por 2 em cada 10 participantes da enquete que menstruam. Para 45%, é uma experiência mais ou menos difícil e 34% afirmam que “levam de boa”.

Entre quem menstrua, 62% afirmam que já deixaram de ir à escola, ou outros lugares por causa da menstruação. Além disso, 73% dizem que já se sentiram constrangidas na escola ou em outro lugar público por conta menstruação.

O constrangimento é também notado por quem não menstrua: 58% disseram que já presenciaram essas situações de constrangimento.

“A dignidade menstrual é um direito de cada adolescente e jovem que menstrua. É essencial retirar o tabu em relação ao tema. As escolas têm um papel fundamental nesse processo. Cabe a elas acolher todas as pessoas que menstruam, e contribuir para transformar o ambiente escolar em um espaço acolhedor, sem bullying, e que respeite a todas e todos”, defende Florence Bauer, representante do UNICEF no Brasil.

## **Dignidade menstrual**

Entre adolescentes e jovens que menstruam, 35% afirmaram que já passaram por alguma dificuldade por não ter acesso a absorventes, copinhos, água ou outra forma de cuidar da higiene menstrual.

“A experiência de menstruar tem sido algo difícil para muitas pessoas que menstruam, seja pela falta de insumos, como absorventes, seja pelas condições estruturais, como água e banheiro. Na enquete, ouvimos pessoas que, na falta de recursos mínimos, relataram uso de fralda, pano e até

sabugo de milho no período menstrual. Isso tem um impacto profundo no direito de ir e vir, na construção de autoestima e confiança corporal, e na dignidade de pessoas que menstruam”, afirma Astrid Bant, representante do UNFPA no Brasil.

### **Educação sobre o tema**

As informações sobre menstruação ainda não fazem parte da vida escolar. Entre as pessoas que menstruam, 71% disseram que nunca tiveram aulas, palestras ou rodas de conversa sobre cuidados na menstruação na escola. Entre quem não menstrua, 58% nunca tiveram.

As mães aparecem como as principais responsáveis por introduzir o assunto às pessoas que menstruam; em 55% dos casos, foram elas as primeiras a trazer informações sobre o tema. Entre as pessoas que não menstruam, as mães também possuem posição de destaque (27%), ficando atrás somente de começar a aprender por conta própria (30%).

A enquete é um recado que adolescentes e jovens estão dando à sociedade, por meio do U-Report. É essencial garantir espaços seguros de diálogo nas escolas e nas famílias para garantir que os direitos menstruais sejam respeitados.

### **Sobre a enquete**

As enquetes do U-Report são realizadas via internet, utilizando WhatsApp, SMS e Messenger do Facebook, em parceria com a Viração Educomunicação, com mais de 95 mil adolescentes e jovens inscritos. Não se trata de pesquisas com rigor metodológico, mas de consultas rápidas por meio de redes sociais entre pessoas, principalmente de 13 a 24 anos, cadastradas na plataforma. Esta enquete apresenta a opinião de 1,7 mil adolescentes e jovens e não pode ser generalizada para a população brasileira como um todo. Os resultados da enquete completa estão disponíveis em: <https://www.ureportbrasil.org.-br/opinion/2351/>

---

# Curso “Navegando Juntas pelos desafios da internet” com inscrições abertas - Até 09/07

O curso **Navegando Juntas pelos desafios da internet**, organizado pela Universidade Livre Feminista, está com inscrições abertas até a próxima sexta-feira, dia 09 de julho. A proposta da formação é refletir sobre a intensa presença das tecnologias na vida das pessoas, especialmente no contexto da pandemia. A programação do curso prevê atividades práticas de acesso em reuniões virtuais em diferentes plataformas, ferramentas de acessibilidade, pesquisa na internet e funções de aplicativos como o whatsapp, telegram e o signal. [Clique aqui para se inscrever.](#)

O curso, que acontece do dia 16 de agosto a 22 de outubro, é para militantes feministas de movimentos populares, sobretudo para mulheres que têm menos contato com as tecnologias digitais e enfrentam dificuldades no uso da internet. Outras informações podem ser obtidas via e-mail [contato@feminismo.org.br](mailto:contato@feminismo.org.br) ou no [perfil da Universidade Livre Feminista](#).



---

# Grupos feministas realizam ato inspirado em “O Conto da Aia” na Câmara Municipal

*Protesto quer impedir aprovação do projeto “Semana Escolhi Esperar” nas escolas; PL visa promover cultura de abstinência entre jovens, ao invés de educação sexual.*

Vestidas com túnicas vermelhas e utilizando uma espécie de chapéu branco, ativistas realizam protesto inspirado no livro “O Conto da Aia” em frente à Câmara Municipal de São Paulo, na próxima terça-feira (6). A intervenção será realizada por grupos do movimento de mulheres, para impedir aprovação da [“Semana Escolhi Esperar”](#) nas escolas da capital.

De autoria do vereador Rinaldi Digilio (PSL), [o projeto tem como intenção promover a abstinência sexual como política pública de prevenção à gravidez precoce](#), ao invés de regulamentar programas de educação sexual e de gênero para adolescentes. Além da intenção de cercear o debate sobre sexualidade, a redação do projeto é vaga e não específica de que forma as políticas sobre prevenção seriam implementadas.

Até o momento, [foram realizadas duas audiências públicas](#) onde o que se viu foi um show de machismo e misoginia por parte de alguns vereadores, inclusive do presidente da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher. No último dia 17 de junho, o PL entrou na pauta, mas devido à pressão da oposição a votação foi adiada para data ainda não confirmada pelo presidente da Câmara, vereador Milton Leite.

Neste contexto, nas redes sociais, foram proferidos ataques misóginos contra a vereadora Juliana Cardoso (PT), que também se colocou contrária ao projeto. As bancadas do PSOL e do PT se manifestaram publicamente em defesa da vereadora e dos direitos das mulheres.

Em agosto de 2020, a proposição foi aprovada em primeira votação na Câmara e contou com 44 votos favoráveis. Caso o texto passe neste novo momento, será levado para sanção do prefeito Ricardo Nunes (PSDB), conhecido por ser alinhado a conservadores religiosos.

A imagem das “aias” criada pela escritora Margaret Atwood em 1985 ganhou popularidade recentemente em protestos feministas com a ascensão de governos conservadores. No livro, estas personagens são descritas na condição de escravas sexuais, descartáveis, mas úteis para a reprodução em um projeto de poder de um estado teocrático e opressor.

Grupos que se juntaram para realizar o ato nesta terça entendem que o PL propõe levar para o ambiente escolar concepções de ordem religiosa e fundamentalista, que ferem a laicidade do Estado - e por isso a escolha de utilizar a imagem das aias como forma de protesto.

## **Educação sexual, sim! Fundamentalismos, não!**

O slogan do projeto, que utiliza o termo “Escolhi Esperar”, é um modelo importado que, em suma, tem a intenção de disseminar a ideia heteronormativa de “esperar até o casamento” para ter a primeira relação sexual. Mas esta proposta criminaliza a sexualidade - especialmente a feminina - ao invés de propor políticas de educação sexual para o sexo seguro, prevenção da gravidez precoce e combate à desigualdade de gênero.

Este tipo de campanha vem sendo apontada como uma lucrativa indústria de promoção de pastores e instituições religiosas. No Brasil, seu principal porta-voz é o pastor Nelson Júnior, que tem como principal atividade política o incentivo da “prevenção ao sexo precoce”.

Em 2019, campanha com intenção semelhante foi apresentada pela ministra Damare Alves, mas com o nome de “tudo tem seu tempo”. Embora tenha encontrado eco entre bolsonaristas, ambas as propostas são absolutamente rechaçadas pelo conjunto da sociedade, médicos, especialistas e dados do próprio Ministério da Saúde.

A proposta pode ser considerada um retrocesso para a garantia dos direitos de meninas e mulheres, além de ser um contrassenso: para poder escolher é necessário ter acesso ao conhecimento, algo que parece não estar contemplado pela proposta da matéria.

Importante lembrar que, a cada hora, quatro meninas brasileiras de até 13 anos são estupradas, de acordo com o [Anuário Brasileiro de Segurança Pública; a maioria dos crimes é cometido por um familiar](#). Em 2019, último dado disponível, mais de 66 mil estupros aconteceram no Brasil: 85,7% de meninas com menos de 13 anos.

Além do ato em frente a Câmara Municipal de São Paulo - com protocolos sanitários de segurança e distanciamento social em meio à pandemia - a organização fará ações nas redes sociais e um tuitaço #NãoAoPL813 para sensibilizar a população sobre o tema. Está disponível também um abaixo assinado contra a aprovação do PL. [Clique aqui para assinar](#).

## **Serviço:**

Ato de Protesto Contra o projeto de lei “Semana Escolhi Esperar”

Data e horário: 06/07/2021 às 14h

Local: Câmara Municipal de São Paulo; Viaduto Jacareí, 100 - São Paulo, Centro.

Grupos participantes: Marcha Mundial de Mulheres, Católicas Pelo Direito de Decidir, Evangélicas Pela Igualdade de Gênero.

---

# **9º edição do Julho das Pretas**

# promove eventos durante o mês

**Para o Brasil Genocida, Mulheres Negras apontam a Solução!** é o tema da [\*\*9° edição do Julho das Pretas\*\*](#). Ação criada pelo [\*\*Odara - Instituto da Mulher Negra\*\*](#), em 2013 , tem o objetivo de gerar incidência política e enfatizar uma agenda conjunta e propositiva de organizações e movimento de mulheres negras do Brasil. A iniciativa celebra o 25 de Julho - Dia Internacional da Mulher Negra Afro Latina Americana e Caribenha. *Lives*, rodas de conversa e outras atividades estão previstas ao longo do mês.

Confira a [\*\*programação aqui\*\*](#) , assim como nas redes sociais do [\*\*Odara - Instituto da Mulher Negra\*\*](#) e nas páginas da [\*\*Rede de Mulheres Negras do Nordeste\*\*](#) e da [\*\*Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras\*\*](#).



## Conheça o histórico das ações do Julho das Pretas

**Em Defesa das Vidas Negras, pelo Bem Viver (2020)** – A primeira edição totalmente virtual determinada pela pandemia do Coronavírus nos obrigou a construir estratégias para nos mantermos em estado de denúncia sobre as políticas de mortes provocadas pelo racismo estutural, base do capitalismo mundial. As mulheres negras organizadas no Brasil, articuladas com o contexto internacional, definem a defesa das Vidas Negras como pauta prioritária da luta política, em consonância com a construção de outro modelo civilizatório centrado no Bem Viver. A agenda deste ano, com 275 atividades, recorde de inscrições, prova mais uma vez que o movimento de mulheres negras é a maior potência política da contemporaneidade no Brasil. [Confira a agenda.](#)



**Mulheres Negras Por Um Nordeste Livre (2019)** - com o objetivo de destacar a vanguarda da região nas lutas por liberdade, contra o racismo, o patriarcado, a democracia plurirracial e pelo Bem Viver. E para visibilizar a ação e alinhamento político de uma gigantesca rede de mulheres atuantes na Região, articulada sobretudo pela Rede de Mulheres Negras do Nordeste. Confira a [Agenda Coletiva do Julho das Pretas 2019](#)

**Mulheres Negras Movem o Brasil (2018)** - foi uma edição marcada pelos 130 anos da falsa Abolição da Escravatura e dos 30 anos do primeiro Encontro Nacional de Mulheres. Foi momento de anunciar a toda a sociedade que as mulheres negras movem o Brasil. Neste ano, reafirmamos mais uma vez nossas estratégias de resistência na luta contra o racismo, o sexismo, a lbtfobia e a todas as formas de opressão que atingem a vida e existência das mulheres negras. Confira agenda: [Agenda Julho-das-Pretas\\_2018\\_WEB](#)

**Negras Jovens e as lutas de enfrentamento ao racismo, a violência e pelo bem viver (2017)** - dialogou sobre as estratégias construídas pelas negras jovens feministas para enfrentar o racismo, machismo, lesbofobia, transfobia e todas as formas de opressão a partir da troca intergeracional com ativistas do movimento de mulheres negras. **Confira agenda e e-book desta edição:**

- [Agenda Julho das Pretas\\_2017](#)
- [E-book Julho das Pretas 2017](#)

**Mulheres Negras no Foco: Mídia, Representação e Memória (2016)** - debateu o direito das jovens e mulheres negras à comunicação, representação política, a narrativa de luta, acesso a direitos, enfrentamento às violências, incidência política, assim como estratégias e desafios para assegurar os registros e memórias da história da população negra, e como estes temas vêm sendo tratados nas diferentes linguagens de comunicação. Confira aqui: [Agenda Julho das Pretas 2016](#).

**A participação da mulher negra na políticas: estratégias e desafios (2015)** - colocou em pauta a participação e representação política das mulheres negras nos diferentes espaços políticos no país, através de um olhar crítico sobre as estratégias de participação, as agendas apresentadas

pela luta de enfrentamento ao racismo e fortalecimento das mulheres negras; Confira aqui: [Agenda julho das Pretas 2015](#)

**Mostra de Arte e Cultura de Mulheres Negras (2014)** - visou aprofundar e discutir o fortalecimento em torno da autonomia financeira das mulheres negras, do intercâmbio de experiências solidárias e criativas do empreendedorismo negro protagonizado pelas mulheres. Nesta edição, a proposta foi de realizar uma ação coletiva do Instituto Odara, Rede de Mulheres Negras da Bahia e movimento de mulheres negras da Bahia juntando mulheres negras urbanas, rurais, quilombolas, jovens, lésbicas e dos diversos segmentos para discutir durante três dias suas estratégias em busca do fortalecimento da autonomia financeira e política. A Mostra de Arte e Cultura contou com a participação de mulheres negras de diferentes territórios: Sisal, Chapada Diamantina, Velho Chico, Baixo Sul, Agreste, Recôncavo, Região Metropolitana e de Salvador. Durante a Mostra foi anunciado o processo de mobilização rumo à Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver (Brasília\2015). Confira a [Programação Coletiva Julho das Pretas 2014](#)

**Fortalecimento Institucional das Organizações de Mulheres Negras na região do Nordeste Brasileiro (2013)** - com objetivo de mapear as organizações de mulheres negras da região e discutir estratégias de fortalecimento político, financeiro e institucional; Confira [Agenda Julho das Pretas 2013](#).

---

# **Frente Parlamentar Feminista Antirracista lança campanha**

# contra a violência política de gênero e raça

A Frente Parlamentar Feminista Antirracista com Participação Popular lança, nesta sexta-feira, 2 de julho, às 15 horas, a campanha *A democracia precisa de vozes*, com o objetivo de dar visibilidade à questão da violência política de gênero e raça contra as mulheres que estão nos espaços de poder e decisão. Movimentos e deputadas que integram a Frente convocam a sociedade brasileira a enfrentar essa realidade a partir de uma ação conjunta.

Deputadas que compõem a Frente Parlamentar, como Talíria Petrone (PSOL/RJ), Joênia Wapishana (REDE/AP) e Maria do Rosário (PT/RS), já sofreram violência política em diferentes momentos da sua atuação parlamentar. Entre os movimentos que integram a Frente, também há relatos de intimidação, agressão verbal e criminalização.

A campanha “A DEMOCRACIA PRECISA DE DIVERSAS VOZES” contará ao longo de sua execução com atividades *online* e em diferentes cidades, mobilizadas pelos mandatos, movimentos e organizações que compõem a Frente, além de expor casos de violência e construir denúncias nacionais e internacionais. O objetivo é divulgar as ações de movimentos e deputadas sobre o tema da violência política contra as mulheres e ressaltar a importância da participação das mulheres para a construção de uma democracia forte.

A Frente Parlamentar Feminista Antirracista com Participação Popular é uma experiência pioneira na América Latina, reunindo mandatos de parlamentares, movimentos e organizações de mulheres feministas. Sua atuação tem como objetivo afirmar a agenda política das mulheres brasileiras pela igualdade, direitos e respeito à nossa diversidade, buscando construir possibilidades de contenção da agenda ultraconservadora no Congresso Nacional.

## **SERVIÇO:**

Evento: Lançamento da campanha “A DEMOCRACIA PRECISA DE DIVERSAS

VOZES”.

Realização: Frente Parlamentar Feminista Antirracista com Participação Popular

Data e horário: 2 de julho de 2021, 15 horas

Transmissão pelo Facebook da Frente [\*\*\*\(acesse aqui\)\*\*\*](#).